



Comunicado de Imprensa nº 11/18 (P)
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
24 de Janeiro de 2011

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

Conselho de Administração do FMI concluiu a quarta avaliação no âmbito do Acordo Stand-By com Angola e aprova o desembolso de USD 178,2 milhões

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a quarta avaliação do desempenho económico de Angola no âmbito do programa apoiado pelo Acordo Stand-By. A decisão do Conselho permite o desembolso imediato do montante de DSE 114,52 milhões (cerca de USD 178,2 milhões), perfazendo um desembolso total a Angola de DSE 687,12 milhões (cerca de USD 1,07 mil milhões).

Ao concluir a avaliação do programa, o Conselho de Administração concedeu dispensas pelo não cumprimento dos critérios de desempenho para o final de Dezembro de 2010 relativos aos limites máximos à acumulação de atrasados, ao crédito concedido pelo banco central e ao crédito do sistema bancário ao governo. O Conselho de Administração também aprovou a modificação dos critérios de desempenho relativos aos atrasados internos e ao crédito do banco central.

O Sr. Naoyuki Shinohara, Director-Geral Adjunto e Presidente em Exercício do Conselho de Administração, fez o seguinte pronunciamento ao concluírem-se as discussões sobre Angola:

“O programa económico e financeiro das autoridades angolanas avançou consideravelmente no sentido da estabilidade macroeconómica em virtude da implementação de medidas fundamentais do programa, apoiadas pela recuperação dos preços do petróleo. As reservas cambiais estão a ser recompostas e a posição orçamental está a melhorar, auxiliada pelo ajustamento das despesas.

A contenção das despesas e a recuperação dos preços do petróleo criaram condições para a liquidação de grande parte dos atrasados internos acumulados em 2008-09. As autoridades pretendem liquidar o que resta destes atrasados até ao final de Março de 2011.

O orçamento de 2011 equilibra a necessidade de recompor as reservas com a necessidade de aumentar os gastos em investimento, que foram reduzidos consideravelmente no âmbito do

ajustamento fiscal de 2009-10. A implementação efectiva de planos de financiamento trimestrais para os ministérios, que alinhe as autorizações de despesas com os recursos financeiros disponíveis, será uma evolução positiva.

A política monetária está devidamente orientada à redução gradual da inflação para níveis abaixo de 10 por cento. Com o alívio das pressões no mercado cambial, o BNA deverá confiar unicamente em medidas baseadas no mercado para gerir as oscilações das taxas de câmbio.

Em termos futuros, saudamos a intenção das autoridades de desenvolver directrizes de política fiscal para estabilizar o nível de despesas ao longo do ciclo do preço do petróleo e evitar a acumulação de atrasados. A reforma plurianual do sistema tributário não petrolífero também contribuirá para garantir a estabilidade fiscal no médio prazo.

A melhoria da transparência no sector público é uma meta importante; a este respeito, a publicação de demonstrações financeiras de entidades públicas sujeitas a auditoria externa é uma medida essencial. A implementação da agenda de reforma organizacional do BNA reforçará as estruturas de governação interna do banco central”, concluiu o Sr. Shinohara.